

**ATA DA SEXAGÉSIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB**

Aos dezanove dias do mês de março de dois mil e vinte e um, às 15 horas, por vídeo conferência, mediante a utilização da ferramenta Conab Reunião, realizou-se a **60ª** (sexagésima) **Reunião Extraordinária** do Conselho Fiscal (Confis) da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Empresa Pública Federal, constituída nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto A, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, **NIRE/NIRC n.º 5350000093-3, CNPJ n.º 26.461.699/0001-80**. Estiveram presentes os Srs. Conselheiros titulares: **Lúcia Aída Assis de Lima**, Presidente do Conselho, e **Fernando Henrique Kohlmann Schwanke**, representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), e **Felipe Soares Ludovice**, representante do Ministério da Economia (ME). E, para prestar esclarecimentos, o Sr.: **Daniel Santana Abreu**, Gerente de Auditoria (Geaud). Aberta a reunião, a Presidente deu início à análise da pauta. **1. Desempenho Econômico-financeiro. 1.1. Balanço Patrimonial (BP); Demonstração do Resultado do Exercício (DRE); Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); Demonstração do Valor Adicionado (DVA); Demonstração do Resultado Abrangente; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e Notas Explicativas às Demonstrações - 4º trimestre de 2020 (Ofício Interno Diafi SEI nº 36/2021 - 14143571, de 3/3/2021 - Processo SEI 21200.001326/2021-19); e Análise Comparativa das Demonstrações Financeiras e Indicadores Econômicos e Financeiros – 4º trimestre de 2020/2019 (Ofício Interno Diafi SEI nº 30/2021 - 14090287, de 1º/3/2021 - Processo SEI 21200.001251/2021-68)**. O Confis registra que os Demonstrativos Contábeis, encaminhados pelo Ofício Interno Diafi SEI nº 36/2021, não se referem ao 4º trimestre/2020 e sim ao exercício de 2020. Portanto, iguais aos encaminhados pelo Ofício Interno Diafi SEI nº 33/2021, objeto de análise no item 3.1.2. desta Ata. Da análise comparativa dos 4º trimestres 2020/2019, o Confis destaca: **1.1.1. Balanço Patrimonial: a) O Ativo Circulante** teve variação de 541,53%, na comparação entre as movimentações dos dois trimestres, em razão dos aumentos, no 4º trimestre/2020, nos grupos Créditos a Curto Prazo (880,62%), Demais Créditos e Valores a Curto Prazo (1.312,46%) e Estoques (273,96%). O aumento no grupo Créditos a Curto Prazo foi em decorrência de registro de estorno na conta Ajuste Perdas Demais Créditos e Valores, em face de acordos e recebimentos parciais de dívidas de clientes, na Sureg/RJ. Aumento no grupo Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, com destaques para as contas Recursos da União (1.242,72%) e Créditos a Receber por Cessão de Créditos pela União (65,63%), em face dos registros de Equalização de Preços a receber do Tesouro Nacional, em decorrência das baixas dos processos judiciais classificados como ativos contingentes (CPC 25, itens 31 a 31) e dos registros da execução das despesas realizadas referentes aos Termos de Execução Descentralizadas (TEDs), respectivamente. Já o aumento no grupo Estoques foi em razão dos aumentos de 100,77% na conta Mercadorias para Revenda (Produtos da PGPM) e de 4.245,02% na conta Compra Antecipada - Entrega Futura, referentes às aquisições de produtos do PAA para recebimentos futuros. **b) O Ativo**



Não Circulante teve variação negativa de 191,97% na comparação entre as movimentações dos dois trimestres, em razão do aumento de 661,62% no grupo Créditos a Longo Prazo, em virtude do estorno na conta Ajuste Perdas Demais Créditos e Valores, em face do recebimento de processo judicial de cliente na Sureg/RJ; e da redução de 191,08% no grupo Demais Créditos e Valores a Longo Prazo, com destaque para a variação negativa de 12.981,10% na conta Créditos a Receber Pendentes de Decisão Judicial, em decorrência das baixas dos processos judiciais (ativos contingentes), por força do CPC 25, itens 31 a 35; para a variação negativa de 120,40% na conta Créditos a Receber por Cessão de Créditos pela União, em virtude das baixas por comprovação/aprovação de TEDs; e para o aumento de 100,00% na conta Ajuste Perdas Demais Créditos e Valores, em razão dos estornos de provisões para devedores duvidosos em face das baixas dos processos judiciais em conformidade com o referido CPC. **c) O Passivo Circulante** teve variação de 219,67% na comparação entre as movimentações dos dois trimestres, em razão do aumento de 22,64% no grupo Obrigações Trabalhistas Prev. e Assist. a Pagar - C P, nas contas Pessoal e Encargos Sociais a Pagar (provisões de férias); aumento de 815,50% no grupo Obrigações em Circulação, com destaque para o aumento de 3.803,57% no subgrupo Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo referente às aquisições da PGM e do PAA; aumento de 142,67% no grupo Obrigações Fiscais a Curto Prazo, com destaque para as apropriações de PIS/Pasep/Cofins a recolher; variação de 100,00% no grupo Provisões a Curto Prazo, em razão das baixas pelos pagamentos das sentenças judiciais e transferência de saldos para o longo prazo; e aumento de 11.939,35% no grupo Demais Obrigações a Curto Prazo, em decorrência das variações positivas nos subgrupos: Consignações (449,82%), em razão das apropriações das retenções previdenciárias INSS e planos de Previdência e Assistência (Cibrius) a recolher e Depósitos e Cauções Recebidos (1.483,44%), referente aos recebimentos de depósito de terceiros; e Outras Obrigações a Curto Prazo (1.018,39%), com destaque para o aumento de 1.575,35% na conta Transferência Financeira a Comprovar – TED, em razão dos diferimentos dos TEDs recebidos. **d) O Passivo Não Circulante** apresentou variação negativa de 114,76% na comparação entre os dois trimestres, em razão da redução de 123,72% no grupo Provisões a Longo Prazo, em razão dos ajustes e registros dos valores das contingências passivas a serem desembolsadas nos exercícios subsequentes; e da redução de 94,75% no grupo Obrigações Exigíveis a Longo Prazo, em decorrência da diminuição no total dos registros na conta Entidades Privadas de Previdência, visto que, no 4º trimestre/2019, foi contabilizado o montante de R\$ 218.758.690,48 referente às atualizações monetárias do período de 1º/12/2015 a 31/12/2019, relativas ao Contrato de saldamento com o Cibrius, enquanto que, no 4º trimestre/2020, foram registradas as atualizações do período. **e) O Patrimônio Líquido** teve variação de 55,06% na comparação entre os dois períodos, em razão do Resultado Acumulado deficitário de R\$ 18.467.364,96 no 4º trimestre/2020, relativo ao somatório dos resultados dos meses de outubro/novembro/dezembro/2020, no total de R\$ (19.195.042,65) mais R\$ 727.677,69 referente aos registros na conta Ajustes de Exercícios Anteriores, enquanto que o somatório dos Resultados Acumulados dos meses de



Lar



outubro/novembro/dezembro/2019 alcançou o total de R\$ (11.910.084,88). **1.1.2. Demonstração do Resultado do Exercício (DRE): a) O Lucro Bruto Operacional** teve redução de 30,71% na comparação entre os dois trimestres, em razão da diminuição de 62% nas Receitas Líquidas de Vendas e Serviços, que contribuiu para a redução de 63,13% no Custo Líquido das Vendas e Serviços. **b) As Despesas Operacionais** tiveram uma redução de 12,93% na comparação entre os dois trimestres, em decorrência das variações negativas de 1,10% no subgrupo Despesas de Pessoal e 60,20% no subgrupo Despesas Comerciais e Administrativas. No subgrupo Despesa de Pessoal, observam-se as reduções de 2,75% na conta Remuneração a Pessoal e 2,25% nas Obrigações Patronais. O subgrupo Sentenças Judiciais apresenta redução de 100,00%, em razão das baixas das provisões trabalhistas, zerando o saldo; o subgrupo Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência diminuiu 70,21%, tendo em vista que, no 4º trimestre/2019, foi pago o aporte, no valor de R\$ 80.311.000,00, ao Cíbrus, referente ao Contrato de saldamento; o aumento de 795,42% no subgrupo Benefícios a Pessoal foi em decorrência das transferências das despesas de alimentação que passaram a integrá-lo; e a variação negativa de 60,20% no subgrupo Despesas Comerciais e Administrativas, em razão das variações negativas nos subgrupos: Serviços Técnicos Profissionais - Pessoa Física (47,23%), com destaque para a diminuição de 55,81% nas despesas de Serviços Educacionais e Culturais; Serviços Técnicos Profissionais - Pessoa Jurídica (77,99%), com destaque para as transferências de despesas com Fornecimento de Alimentação para o subgrupo Benefícios a Pessoal; Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria (53,80%), com destaque para a diminuição das despesas de ICMS, em razão da diminuição das vendas; e Outras Despesas Operacionais (34,69%), em decorrência dos estornos de provisões para devedores duvidosos ocorridos na conta Ajustes para Perdas em Clientes, em razão de acordo e recebimentos, e Ajuste para Perdas de Demais Créditos a Receber, em decorrência das baixas dos processos judiciais, por força do CPC 25, itens 31 a 35 (ativos contingentes). **c) As Receitas Operacionais Diversas** tiveram aumento de 44,49% na comparação entre os dois trimestres, em razão do aumento de 64,58% no subgrupo Receitas Diversas, em decorrência do aumento nas Receitas de Gestão dos Estoques Públicos; e do aumento de 15,25% no subgrupo Indenizações e Restituições, com destaque para o aumento na conta Restituições, referentes às recuperações de despesas de exercícios anteriores. **d) Outros Resultados** tiveram um aumento de 208,42% na comparação entre os dois trimestres, em razão da transferência do imóvel na Sureg/MT pelo SPIUnet, no valor R\$ 3.371.619,99. **e) Nas Subvenções do Tesouro Nacional**, houve redução de 19,83% na comparação entre os dois trimestres, em razão da redução nos repasses para cobrir as despesas de Pessoal, Obrigações Patronais e Encargos, com destaque para as despesas com Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência e INSS. **f) O Resultado Líquido** teve variação de 61,17%, em decorrência do aumento no déficit do Resultado Líquido do 4º trimestre/2020, na comparação com o Resultado Líquido do 4º trimestre/2019. O resultado deficitário do 4º trimestre/2020, de R\$ 19.195.042,65, embora ter sido sensibilizado pelo Lucro Bruto Operacional de R\$ 3.173.285,52 e pelos resultados das Receitas Operacionais de R\$ 20.071.703,79 (aumento nas receitas de



gestão dos estoques públicos) e Outros Resultados de R\$ 3.157.088,10 (incorporação do imóvel no Estado de Mato Grosso, recebido por meio do SPIUnet) foi motivado pela redução de 19,83% dos repasses das Subvenções do Tesouro Nacional, para Custeio/Pessoal, relativo às despesas de contribuições do INSS e Contribuições a Entidades Fechadas de Previdência - Cíbrus.

1.1.3. Indicadores Econômicos e Financeiros:

a) Índice de Liquidez Corrente: representa a capacidade da empresa quitar suas dívidas de curto prazo. Até o 4º trimestre/2019, demonstrava-se que, para cada R\$ 1,00 de dívidas de curto prazo, a empresa tinha disponível R\$ 0,80 para pagamento. A situação, até o 4º trimestre/2020, melhorou, pois, para cada R\$ 1,00 de dívidas a curto prazo, a empresa tem disponível R\$ 1,06.

b) Índice de Liquidez Geral: demonstra a capacidade geral de pagamento da empresa frente às dívidas de curto e longo prazo, ou seja, denota-se o quanto de recurso dos ativos Circulante e Realizável a Longo a empresa dispõe para cada R\$ 1,00 de dívida total. Até o 4º Trimestre/2019, a capacidade da empresa em honrar os seus compromissos financeiros era de R\$ 1,06. Até o 4º Trimestre/2020 permaneceu a mesma.

c) Grau de Endividamento: até o 4º trimestre/2019, o indicador demonstra que, para cada R\$ 1,00 de bens e direitos do Ativo Total da Companhia, foram utilizados R\$ 0,90 de recursos de terceiros para o financiamento e/ou aquisição desses mesmos ativos. Ou seja, o total dos bens e direitos adquiridos foi financiado na ordem de 90% por capital de terceiros. No entanto, no 4º trimestre/2020, a dependência de recursos de terceiros foi maior, passando ao percentual de 91%.

d) Imobilização do patrimônio líquido: até o 4º trimestre/2019, a imobilização do Ativo Permanente atingiu 41% do Patrimônio Líquido da empresa. Até o 4º trimestre/2020, a situação permaneceu a mesma.

e) Imobilização de recursos não correntes: até o 4º trimestre/2019, 9% dos recursos próprios e de terceiros de longo prazo foram aplicados no Ativo Permanente. Situação quase igual até o 4º trimestre/2020, em que houve queda de 1% na utilização de recursos de longo prazo, que financiou os ativos não correntes da Companhia, ou seja, apenas 8% dos recursos de terceiros e dos sócios estão aplicados no Ativo Permanente.

1.2. Exame anual do registro de ativos fiscais diferidos - Crédito tributário (Ofício Interno Diafi SEI nº 30/2021, de 1º/3/2021 – Processo SEI 21200.001251/2021-68; e Nota Técnica Geaud SEI nº 2/2021). Sobre os ativos fiscais diferidos, a Companhia possui o montante de R\$ 157.475 mil de créditos tributários. Esse valor se refere, notadamente, aos créditos de ICMS constituídos nas operações de aquisição de produtos que integram os estoques públicos. A rubrica teve uma variação negativa de 10% no período sob análise.

1.3. Avaliação anual da possibilidade de capitalização dos “Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC” já apropriados em Balanço (Ofício Interno Diafi SEI nº 31/2021, de 1º/3/2021 – 14106940 - Processo SEI 21200.001251/2021-68). A Conab informou que, no exercício de 2020, não recebeu nenhum Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC).

2. Estruturas de Controle.

2.1. Reunião anual com a auditoria independente e com o Comitê de Auditoria (Coaud). O Conselho Fiscal assistiu, nesta data, à 2ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração (Consad), que tratou das demonstrações contábeis do exercício encerrado de 2020, na qual estiveram presentes, entre outros, a auditoria independente e o Coaud.

2.2. Reunião anual com a Auditoria Interna (Audin). O



Conselho Fiscal se reuniu com a Audin, nesta data, conforme previsto. **2.3. Conhecimento anual do Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – RAINT (Ofício Interno Audin SEI nº 3/2021, de 26/2/2021 – 14085514 - Processo SEI 21200.001246/2021-55).** O Confis tomou conhecimento do RAINT e destaca: a Auditoria Interna (Audin) planejou, para o exercício de 2020, 27 auditorias de conformidade, sendo 13 nas Suregs, 13 na Matriz, 1 no Cibrius e 1 de Avaliação de Natureza Operacional (ANOP), cujo tema é Pós-Fiscalização (PAA/ProVB/Estoques). Os temas auditados foram: Gestão Jurídica; Balanço – Demonstrações Contábeis; Integridade; Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) / Modalidade: Compra com Doação Simultânea (CDS); Gestão do Patrimônio; Previdência Complementar – Cibrius; Contábil-financeira; Fiscalização de Estoques; e Remoção de Estoques. Além das ações de auditorias previstas, foram executados alguns trabalhos extraordinários, sendo: 1 ação na Folha de Pagamento; 1 ação Contábil-Financeira (CF); 1 ação em Gestão Tecnológica; 31 Notas Técnicas (NTs); e 8 Notas de Auditoria (NAs) durante o exercício de 2020. Do total de 149 recomendações formuladas no exercício, até o dia 25/1/2021 estavam solucionadas 119 recomendações, o que representa 79,9% do total. Das 30 recomendações que ainda restam pendentes, 7 (23,3%) são de gravidade alta; 18 (60,0%) de gravidade média; e 5 (16,7%) de gravidade baixa. **3. Matérias submetidas à Assembleia Geral. 3.1. Opinião anual sobre o relatório da administração e as demonstrações contábeis do exercício social, acompanhadas das notas explicativas e dos pareceres das Auditorias Independente e interna. 3.1.1. Relatório da Administração 2020.** Após análise do Relatório, o Confis registra que tomou conhecimento do seu conteúdo, em que a Companhia fez um breve relato da execução de seu plano estratégico e deu destaque às ações desenvolvidas durante o exercício, que estiveram relacionadas à segurança alimentar, no contexto de pandemia de Coronavírus (Covid-19). Além disso, a Companhia apresentou seu desempenho econômico-financeiro e resumiu os principais fatos administrativos do exercício, com destaque para sua nova estrutura organizacional e a implementação de um Comitê de Gerenciamento de Crise. **3.1.2. Demonstrações Contábeis do Exercício Social 2020, acompanhadas das Notas Explicativas (Ofício Interno Diafi SEI nº 37/2021, de 3/3/2021 - 14143739 - Processo SEI 21200.001282/2021-19).** O Confis destaca que os mencionados Demonstrativos Contábeis englobam tanto as atividades próprias, quanto as operações governamentais. Entretanto, essas últimas não impactam o resultado. **3.1.2.1. Balanço Patrimonial – BP.** Ao final do exercício, o Ativo Circulante da Companhia estava avaliado em R\$ 2.167.679 mil, enquanto o Ativo Não Circulante somava R\$ 1.410.596 mil. O Passivo Circulante era avaliado em R\$ 2.041.753 mil e o Não Circulante em R\$ 1.214.758 mil. O Patrimônio Líquido encerrou o ano contabilizado em R\$ 321.764 mil. **3.1.2.2. Demonstração do Resultado do Exercício – DRE.** No mês, a Receita de Vendas e Serviços somou R\$ 211.258 mil. Após as deduções, a Receita Líquida de Vendas e Serviços somou R\$ 207.675 mil e o custo líquido foi de R\$ 188.417 mil, resultando em um Lucro Bruto Operacional de R\$ 19.258 mil. As Despesas de Pessoal somaram R\$ 925.614 mil, enquanto as Despesas Comerciais e Administrativas, R\$ 182.324 mil. Já as Receitas Operacionais Diversas somaram R\$ 77.288 mil. Com isso, o Resultado Antes das

Subvenções do Tesouro Nacional foi negativo em R\$ 1.008.012 mil e essas subvenções somaram R\$ 977.601 mil, culminando em um Resultado Líquido negativo de R\$ 30.411 mil. O resultado abrangente, entretanto, somou R\$ 31.130 mil. **3.1.3. Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis – Exercício 2020, de 26/2/2021 (Ofício Interno Diafi SEI nº 37/2021, de 3/3/2021 – 14143739 - Processo SEI 21200.001282/2021-19).** Após análise do Relatório, o Confis destaca que a auditoria independente se absteve de emitir uma opinião, em razão de não ter conseguido obter evidências de auditoria suficientes para fundamentar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Essa decisão foi tomada, em especial, por conta: da impossibilidade da auditoria independente atestar se os valores relativos aos planos de previdência da Companhia são ou não suficientes, e se existem ou não passivos não registrados relativos a esses planos; da impossibilidade de se formular uma conclusão definitiva a respeito do montante de passivos contingentes, haja vista as inconsistências na apuração desse valor, observadas ao longo de todo o ano; e da quantidade insuficiente de informações sobre o trabalho do auditor independente anterior, impossibilitando a análise dos saldos de abertura do exercício. **3.1.3.1. Relatório de Recomendações, de 26/2/2021 (14191314 – Processo SEI 21200.001326/2021-19).** Após análise do Relatório, o Confis destaca as seguintes recomendações feitas pela auditoria independente: revisão dos saldos de passivos contingentes; implementação de avaliações periódicas dos investimentos da Companhia em participações acionárias; implementação de análises sobre perdas esperadas nas contas a receber; implementação de conciliação analítica das contas a pagar; elaboração de um documento do tipo “de-para” que permita converter as classificações contábeis do sistema SIAFI, utilizado pela Companhia, para o formato que deve ser apresentado nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com a Lei nº 6.404/76; revisão atuarial do Plano de Benefícios a empregados e inclusão de nota explicativa sobre os saldos relativos a ele; implementação de controles internos que permitam a padronização dos lançamentos contábeis entre as superintendências regionais; e reenquadramento contábil de itens como televisores e aparelhos de som erroneamente classificados como estoques. O Confis solicita à Companhia atender essas recomendações e informa que acompanhará sua implementação. **3.1.4. Análise e Manifestação Conclusiva da Auditoria Interna sobre as Demonstrações Contábeis de 2020 (Nota Técnica Geaud SEI nº 2/2021, de 2/3/2021 – 14144320 – Processo SEI 21200.001282/2021-19).** Após análise da referida Nota Técnica, o Confis destaca que a Audin verificou uma diferença de 0,66% no valor total do ativo e de 8,79% no valor total do passivo, referente, nesse último caso, majoritariamente a pagamentos de sentenças trabalhistas e cíveis. Além disto, fez recomendações para a elaboração de um manual de procedimentos que oriente os processos contábeis e financeiros, e que a Companhia conclua o plano de ação voltado para atender aos apontamentos da Nota Técnica Coaud nº 24/2020. Diante disso, concluiu pela necessidade de adoção dessas medidas e recomendações para que as Demonstrações Contábeis sejam expressas de forma fidedigna. O Confis solicita à Companhia atender essas recomendações e informa que acompanhará sua implementação. **3.1.5. Nota Técnica Coaud nº 36/2021, de 15/3/2021 – Supervisão**



do processo de elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. Após análise da respectiva Nota Técnica, o Confis destaca que o Coaud mencionou as divergências nas contas do Ativo e Passivo apontadas pela Audin e a abstenção de opinião dos auditores independentes, para, juntamente com a implementação, ainda incompleta, do Plano de Ação voltado para sanar as pendências relativas às contas de 2019, concluir que as demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia não refletem sua realidade contábil, podendo haver distorções não detectadas cujos efeitos sejam relevantes e generalizados. **3.1.6. Assistir eventualmente às reuniões do Conselho de Administração (Consad) em que se deliberar sobre assuntos em que o Conselho Fiscal deva opinar.** O Confis registra que assistiu à 2ª Reunião Extraordinária do Consad, nesta data, em que aquele Colegiado apreciou os demonstrativos contábeis da Companhia de 2020. **3.1.7. Verificação, ao final do exercício, se a contribuição normal da Companhia, na qualidade de patrocinadora, à entidade de previdência complementar não ultrapassa o limite constitucional de 50% e se há débitos em atraso. (Ofício Interno Digep SEI nº 4/2021, de 9/3/2021 – 14223175 - Processo SEI 21200.001454/2021-54).** A Conab informa que recolhe e repassa as contribuições normais (mensais) feitas pelos empregados e faz o aporte em paridade como patrocinadora, respeitando o limite constitucional de 50%. **3.1.8. Opinar anualmente sobre a destinação do lucro líquido ou da absorção do prejuízo do exercício (Nota Técnica Sucon SEI nº 7/2021, de 3/3/2021 – 14140322; e Ofício Interno Diafi SEI nº 43/2021, de 9/3/2021 – 14222531- Processo SEI 21200.001333/2021-11).** O Conselho Fiscal tomou conhecimento da NOTA TÉCNICA SUCON SEI N.º 7/2021, que trata da proposta de absorção do Prejuízo do exercício de 2020 (R\$ 31.130.069,11) pela Reserva de Lucros (R\$ 30.897.164,86) e Reserva Legal (R\$ 232.904,25), nos termos do art. 189 da Lei nº 6.404/76, entretanto, não se manifestou por força da emissão de relatório com “conclusão abstenção de opinião” pela Auditoria independente; da manifestação conclusiva da Auditoria Interna no Capítulo 8 da NOTA TÉCNICA GEAUD SEI N.º 2/2021; do disposto na NOTA TÉCNICA COAUD N.º 36/2021; e da não emissão do Parecer pelo Consad, que deliberou pelo sobrestamento das contas. Ademais, o Confis verificou que o Diretor Executivo da Diretoria Administrativa, Financeira e de Fiscalização, mediante o Ofício Interno Diafi SEI nº 43/2021, submeteu à avaliação da Diretoria Executiva a proposta de absorção do prejuízo e, por isso, solicita à Conab informar se foi aprovada ou não pela Direx e por meio de qual instrumento. **3.1.9. Parecer do Conselho de Administração (Consad).** O Confis registra que tomou conhecimento da deliberação do Consad pelo sobrestamento das contas de 2020 da Companhia. **3.1.10. Parecer do Conselho Fiscal.** O Parecer do Conselho de Administração é condicionante para a emissão do Parecer do Conselho Fiscal. Portanto, considerando que o Consad não emitiu o seu Parecer, conforme relatado no item 3.1.9, desta Ata, conseqüentemente, o Confis não emitiu seu Parecer sobre as contas da Companhia, exercício de 2020. Encaminhe-se cópia desta Ata à Diretoria Executiva (Direx); ao Conselho de Administração (Consad); ao Assessor Especial de Controle Interno do MAPA; e à Controladoria-Geral da União (CGU), para conhecimento e providências que julgarem convenientes. E nada mais havendo a tratar,





Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

a Presidente agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Francimeire Silva de Lima, Chefe da Coordenadoria de Apoio aos Conselhos e Comitês Estatutários (Coest) substituta, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos Conselheiros presentes.

Lalima

LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA

Presidente

FELIPE SOARES LUDUVICE

Conselheiro Titular

**FERNANDO HENRIQUE KOLMANN
SCHWANKE**

Conselheiro Titular

FRANCIMEIRE SILVA DE LIMA

Secretária substituta